

4. MOSAICO BIOGRÁFICO: Canudos e o Sertão em Referências Biográficas de Antônio Conselheiro

4.1. Antônio Conselheiro: uma possível escrita biográfica

No quarto e último capítulo da tese, são reunidas e desenvolvidas informações extraídas da bibliografia estudada a respeito do sertão de forma geral, de Canudos e principalmente de Antônio Conselheiro. Tanto os documentos históricos quanto as representações artísticas das mais variadas naturezas tratam quase invariavelmente de aspectos biográficos de Antônio Conselheiro. Analisar diversos tipos de textos relativos à guerra conduziu-me necessariamente a vislumbrar uma *possibilidade de biografia* do líder de Canudos composta por informações por vezes absolutamente antagônicas. Sejam relatos da guerra ou textos de jornalistas que estiveram em Canudos como correspondentes, ou ainda crônicas escritas *a posteriori* por testemunhas oculares ou não, deparei-me com um *corpus* detentor de um rico e complexo manancial de informações sobre a *figura* de Antônio Conselheiro. O termo “figura”, não casualmente aqui empregado, abre a possibilidade de se pensar uma biografia do sertanejo como um jogo da escrita das possíveis “figurações” atribuídas ao *personagem* na documentação histórica e demais representações.

Definida como “filha da narrativa” por François Furet no trabalho “Da História-narrativa à história-problema”, a biografia passível de ser construída a partir da interrogação que se fizer à documentação histórica poderia ser escrita sob a forma de narração, até porque, segundo o mesmo autor, o modelo da história é “muito naturalmente a narrativa biográfica” (Furet, s/d., p. 81). Ao trabalhar com o passado, o historiador, o biógrafo ou outro pesquisador do campo sociológico ou literário não pode escapar de estabelecer escolhas ao tratar o material a que teve acesso. O movimento se dá no sentido de determinar aquilo que por si só é indeterminável: o tempo. A forma encontrada pelo historiador para determinar o

indeterminado é fazer conscientemente escolhas à medida que lança seu olhar na direção do passado, mais especificamente no que restou dele na documentação disponível, sabedor de que o documento só *falará* se a ele forem colocadas questões. Neste sentido, lembra Furet, o historiador “está consciente de que *escolhe*, nesse passado, aquilo de que fala e, assim fazendo, coloca, a esse passado, *questões seletivas*” (Furet, s/d, p. 84, grifos meus). Isso é plenamente consoante à idéia apresentada por Gebhard Rusch de que “o passado é uma construção intelectual” (Rusch, 1996, p. 157). O historiador (e por extensão o biógrafo) é então o próprio construtor do seu objeto de estudo, uma vez que se impõe a tarefa de delimitar “não só o seu período, o conjunto dos acontecimentos, mas também os problemas colocados por esse período e por esses acontecimentos, e que terá de resolver” (Furet, s/d, p. 84). Novamente recorrendo a G. Rusch (e também a Michel de Certeau), não se pode perder de vista que a história “tem de ser concebida como resultado de nossas atividades historiográficas” (Rusch, 1996, p. 157), em sintonia com o conceito de “operação historiográfica” desenvolvido por Certeau no trabalho homônimo de 1975.

Ainda pensando na questão do tempo, vale colocar em pauta a idéia de Leonor Arfuch a respeito da “comunidade temporal” que possibilita o próprio relato biográfico. A pesquisadora argentina, ao comentar uma afirmativa do lingüista Émile Benveniste, escreve:

Sua reflexão se orientava em deslindar as noções comuns de tempo *físico* do mundo, como contínuo e uniforme, e o tempo *psíquico* dos indivíduos, variável segundo suas emoções e seu mundo interior. A partir dali, distinguia o tempo cronológico, que engloba a vida humana enquanto ‘sucessão de acontecimentos’, tempo da nossa existência, da experiência comum, continuidade a partir de que dispõem, como ‘blocos’, os acontecimentos. Esse tempo, socializado no calendário /.../ se articula por sua vez a outro tempo, o tempo *lingüístico*, que não é redutível a nenhum dos outros, a menos que se desdobre no ato da enunciação, não já como uma manifestação individual a não ser *intersubjetiva*, enquanto põe em correlação presente, atual, um eu e um tu /.../ (Arfuch, 2002, p. 88-89)

É nos termos teóricos apontados acima que a idéia de se produzir *uma* biografia (e não *a* biografia) de Antônio Conselheiro deve-se à consciência de que o processo de escrita biográfica é mediado pela subjetividade do biógrafo,

enquanto sujeito que reflete sobre um objeto construído a partir das fontes a que teve acesso e que deliberadamente escolheu algumas em detrimento de outras.

Também segundo Pauline A. H. Hörmann, pode-se definir a biografia como um subgênero da historiografia, pois, ao descrever a vida de um indivíduo particular, trabalha-se com a pequena unidade de grandes períodos da história. Além disso, a biografia, gênero dos mais antigos da historiografia, tinha função didática e exemplar. Contava-se a vida ilustre de alguém para que a narrativa contribuísse com a educação moral das sociedades. Todavia, o que os documentos da época da Guerra de Canudos mostram, quando abordam aspectos biográficos de Antônio Conselheiro, não pode se encaixar nessa visão. Não há naqueles textos qualquer intenção de retratá-lo como figura exemplar, a menos que se veja ali o exemplo do que não se deve ser. Não poderia ser diferente, uma vez que a documentação contém a visão da elite dominante da sociedade brasileira da época.

Além disso, sabe-se que o biógrafo atual, a princípio, está consciente de que seu ofício consiste em conjugar o que é historicamente comprovável a uma necessária criatividade capaz de transformar uma lista de acontecimentos em uma narrativa plausível e interessante (Hörmann, 1996, p. 18). Trabalha então o biógrafo não mais na base da oposição entre ficção / fatos reais, mas em termos de “fatos criativos” e “ficção histórica”. Segundo o historiador I. Nadel, citado por Hörmann (1996, p. 36), o biógrafo (assim como o historiador) seleciona subjetivamente os elementos que comporão seu texto, de modo que a vida biografada possa ser compreendida pelos leitores numa estrutura textual narrativa. O mesmo, como vimos, que foi postulado por François Furet, justamente em um trabalho em que procura evidenciar a preponderância da história enquanto problema, se comparada com a história-narrativa.

Em se tratando de Antônio Vicente Mendes Maciel, a escrita se torna naturalmente tarefa muito delicada, pois as perspectivas que a bibliografia histórica, jornalística e ficcional, aliadas às representações visuais oferecem são tão conflitantes entre si que seria difícil evidenciá-las numa escrita totalizante como se dá numa narrativa tradicional. François Furet considera como uma das quatro mutações da profissão do historiador a necessidade não só de definição do objeto de estudo, mas também uma outra, a própria *invenção* de suas fontes, em função de sua curiosidade (Furet, s/d, p. 85). Isso insere uma dificuldade a mais

nessa proposta de escrita biográfica, pois seria difícil tomar um único ângulo, por mais que ele fosse flexível, para apresentar biograficamente o líder de Canudos. Além do mais, não haveria finalidade nenhuma nisso, pois as informações conflitantes, esses verdadeiros nós que não querem ser desatados, devem mesmo estar dispostos de forma contígua, para que se elucidem entre si.

A visão a respeito de Antônio Conselheiro presente na documentação da época é frequentemente negativa. Com o fim da guerra e principalmente depois da publicação do livro de Euclides da Cunha, as representações passam a mostrar o lado positivo da resistência dos canudenses às forças republicanas consideradas opressoras. Hoje talvez fosse fácil optar por desenvolver um texto sobre a vida de Antônio Conselheiro a partir de uma visão redentora da figura do sertanejo e seus seguidores. Afinal, conta a história oficial das últimas décadas que eles foram massacrados por quatro sucessivas expedições militares ao longo de um ano de operações. Contudo, necessariamente ficaria fora do relato a visão oposta, presente na documentação oficial da época e em inúmeros escritos de homens comuns ou públicos que de alguma forma tiveram suas opiniões registradas e tornadas públicas.

O caso do Conselheiro aponta-me ainda outro aspecto de profundo interesse. Antônio Conselheiro é exemplo não muito frequente de personalidade popular de grande importância em determinado momento histórico, cuja vida anterior à fama foi documentada. É o que faz, por exemplo, João Brígido, no livro *Ceará, homens e fatos* (Brígido, 2001). Amigo de infância de Antônio Maciel, o autor trouxe à luz algumas importantes informações a respeito dos primeiros anos do futuro “Bom Jesus Conselheiro”.

A análise do restante da documentação acerca da Guerra de Canudos apresenta-se como elemento motivador do presente texto. Observei nas inúmeras referências feitas a Antônio Maciel uma tendência dos autores em qualificar o homem Antônio Conselheiro, independente de ser a qualificação enaltecida ou detratora da sua imagem. Consciente, desde o início da pesquisa, de que tudo o que me caía às mãos deveria ser encarado como *uma* visão da guerra, li cada texto com a certeza de que as verdades históricas ali escritas, supostamente legitimadas por evidências, eram construídas a partir do lugar de onde falava o autor de cada documento. Estudar tais escritos em conjunto significou estabelecer um processo

de confronto de idéias segmentadas, apresentadas de forma descontínua e não homogênea, até porque se trata de variados tipos de texto. Busquei compreender cada texto como o resultado discursivo que contém a voz de determinado grupo ao qual pertence quem escreve (ou realiza qualquer outro tipo de representação).

A solução encontrada nessa tese consiste em desenvolver uma técnica discursiva que possibilita, por meio da apresentação das múltiplas visões da guerra e de seu principal ator, compor não o ser biografado numa estrutura narrativa totalizada, mas, ao contrário, apresentar uma figura composta por diversas visões segmentadas. Lidas em conjunto, elas não devem sugerir uma *estrutura unificada*, já que permitem a emergência de múltiplas imagens. É fundamental não entender o segmento como possibilidade de, ao final, poder-se chegar a uma imagem única e totalizada do personagem.

Por conseguinte, as informações sobre a vida de Antônio Conselheiro são trabalhadas na forma como elas próprias se apresentaram a mim. Se os dados biográficos me chegaram por meio de segmentos, utilizei a segmentação como técnica para ordená-los no texto escrito. Comecei a traçar um perfil biográfico valendo-me de qualificativos (substantivos ou adjetivos) atribuídos ao homem Antônio Vicente Mendes Maciel pelos que escreveram a respeito dele ou da guerra. Esses termos foram listados e desenvolvidos a partir da leitura reflexiva da bibliografia estudada. Estabeleci a reflexão, entendendo que dali faiscava uma possibilidade da visão de algum aspecto associável ao personagem. Cada palavra, na verdade, pode ser encarada como um epíteto atribuído a Antônio Conselheiro e é apresentada na tese como uma espécie de “verbetes” a respeito do biografado. Os verbetes são textos independentes entre si, cuja finalidade é trabalhar, a partir do *corpus* estudado, uma visão a respeito do personagem.

Como método de organização, dispus os segmentos escritos em ordem alfabética. Poderia ter optado por uma divisão temática ou por uma classificação que oscilasse entre características positivas e negativas. Em ambos os casos, acredito que a minha influência pessoal no tratamento das informações seria maior que o inevitável e pouco construtiva para o efeito final pretendido, pois, entre outros motivos, há epítetos que não são nem totalmente positivos, nem totalmente negativos. Não quis realizar a tarefa de estabelecer um explícito juízo de valor para as informações levantadas. Isso na prática nem seria plenamente factível,

porque muitos dos epítetos podem ser entendidos das duas formas. Preferi assim tratar os aspectos respeitando suas ambigüidades ou qualquer outra complexidade que surgisse e não permitir que, ao menos nesse ponto, um excesso de subjetividade se impusesse ao método.

A idéia foi partir de uma estrutura em segmentos, cuja única ordenação foi a alfabética, para tentar chegar ao que denomino *visão em mosaico* da figura em questão. No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (versão on line), encontra-se a palavra "mosaico", definida como "imagem ou padrão visual criado pela incrustação de pequenas peças coloridas (de pedra, mármore, vidro, esmalte ou cerâmica) sobre uma superfície (p.ex., uma parede, um piso), aglomeradas e fixadas por um cimento".

Observe-se aí a idéia de contigüidade que cada peça mantém com as outras peças do mosaico. O cimento que une ao mesmo tempo estabelece a fronteira irregular entre cada elemento. Assim deve ser compreendido o *mosaico biográfico* que proponho para tratar as informações a respeito da trajetória de Antônio Conselheiro. No meu texto, cada aspecto contido nos verbetes comporta-se como um 'caco', como na composição de um mosaico. Ali, cada componente mantém uma autonomia, como uma espécie de pequena e singular marca, que contribui, no isolamento, para a integração de um todo múltiplo.

Cada item bibliográfico estudada nos dois capítulos anteriores da tese contribui com um determinado número de informações a respeito de Antônio Conselheiro. São elas a fonte dos dados aqui apresentados. Ao percorrê-las, percebe-se, como foi dito, que as informações ora se repetem, ora se complementam. Além disso, em boa parte dos casos, elas se contradizem. Tal fato é por si só uma excelente fonte geradora de reflexão, mas complica o tratamento dos pontos biográficos que foram sendo levantados. É que os segmentos não constituem meras peças de um quebra-cabeça a ser montado. Eles são autônomos, pois contêm convenções equivocadamente tidas como verdades muito peculiares. Além disso, relacionam-se com outros segmentos, complementando-os ou os contradizendo. Tais supostas verdades são dados que durante algum tempo foram tidos como verídicos, mas depois foram desmentidos. No entanto, não perderam importância, pois seu tempo de permanência as amalgamou tão fortemente à imagem do Conselheiro que, mesmo desmistificadas, são fundamentais na

composição de alguma faceta do personagem. O que ainda as habilita é o fato de continuarem a ser encaradas como dado verídico em alguma parte do imaginário que cerca o personagem. Esse é o preciso caso desenvolvido, por exemplo, no verbete “matricida”.

Dessa forma, como em um mosaico, o mesmo ‘caco-verbete’ pode refletir mais de uma imagem. Reunidos num único texto, colcha cujos retalhos são cada segmento textual, é possível perceber as nuances discursivas presentes em cada referência bibliográfica. Basta a inserção de um novo dado, um novo caco, para que a imagem geral ganhe mais uma nuance. Dessa forma, não importa se o texto final será lido seguindo uma ordem ou não, já que o objetivo é mostrar as inúmeras facetas de um mesmo personagem. O termo “personagem” não é aqui gratuito. A biografia é, como vimos, uma construção discursiva, mediada pelo manancial de informações a que o biógrafo teve acesso e pelas escolhas feitas pelo mesmo ao redigi-la.

No meu caso, tento construir um Conselheiro múltiplo, valendo-me de uma estrutura, como foi dito, que espelha a forma pela qual as informações me chegaram. O personagem fruto dessa escrita (e também obviamente produto de construção) emerge do confronto de visões conflitantes extraídas da leitura do material reunido. A idéia é compor, por meio da escrita em blocos isolados, um personagem múltiplo, fruto de uma sucessão de informações que nos chega de forma segmentada. Trata-se de um exercício de escrita metalingüística, em que o segmento bibliográfico sustenta o segmento escrito, que, por sua vez, aponta um aspecto associável ao biografado.

Ao propor uma biografia de Antônio Conselheiro, eu mesmo me vejo em situação singular. Se é impossível não ter simpatia ou antipatia por algum dos possíveis lados da história, torna-se igualmente difícil tratar as informações extraídas do texto sem estar igualmente influenciado pelo meu próprio lugar, distanciado no tempo e no espaço por um século de contínuo processo histórico e social.

Desta forma, a escrita biográfica presente nesse capítulo procura apresentar as múltiplas visões presentes no vasto e variado *corpus* estudado, justamente para evidenciar o processo construtivo feito. Não se desejou, portanto, chegar a uma imagem única equacionada numa média ou reduzida a um

denominador comum. As “imagens”, a que também chamo de “figurações”, peças contíguas de um imenso mural, são assim o cerne do capítulo, cujo título, “Mosaico biográfico”, pretende apontar em si a própria natureza discursiva do texto que se segue.

4.2. O percurso de Antônio Conselheiro no sertão

De acordo com sua certidão de batismo, lavrada em 22 de maio de 1830, Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em treze de março do mesmo ano. Juntamente com esse documento, a fonte mais abundante das informações sobre a infância e juventude de Antônio Conselheiro é o livro *Ceará* (homens e fatos), do historiador João Brígido. Nascido no Espírito Santo, João Brígido foi muito cedo para o Ceará, onde passou a infância e a juventude. Morou em Quixeramobim e conviveu com o futuro líder de Canudos, tendo sido seu colega de escola. Na referida obra, republicada em 2001, o historiador dedicou também um capítulo à sangrenta luta havida entre a família Maciel, de Antônio Conselheiro, e a família Araújo, justamente na época do seu nascimento.

Há dois textos que fazem parte do livro de João Brígido ("Araújos e Macieis" e "Antônio Conselheiro"). Eles foram primeiramente publicados em 28 de junho de 1893 no jornal cearense *A República*, no mesmo ano em que o Conselheiro se estabeleceu em Canudos, povoado por ele fundado a que chamou inicialmente de Belo Monte. O autor se dizia motivado a escrever sobre o "personagem conhecido por Antônio Conselheiro" (Brígido, 2001, p. 296), pelo fato de estar a imprensa baiana se ocupando dele. Trata-se, segundo o autor, do homem que "nos sertões daquele estado faz o papel de faquir, arrastando após de si a população rude, a quem doutrina um cristianismo abstruso e feição do vulgo, quase fetichista, dos nossos sertões, o qual tem de Deus o sentido mais torpe" (Brígido, 2001, p. 296).

João Brígido dá conta de que a vida do menino Antônio nunca foi fácil. Sua mãe morreu em 1834, quando ele tinha apenas quatro anos de idade. Logo depois, em 1836, o pai se casou novamente, com Francisca Maria Conceição. De acordo com o historiador, o futuro Antônio Conselheiro era maltratado pela

madrasta: "Ao tempo em que conheci esse menino, o pai, já alguns anos havia casado pela segunda vez e todos o tinham como uma vítima da madrasta, mulher de gênio mau, que não lhe poupava maus-tratos" (Martins, 2001, apud Carvalho, 1969).

Em abril de 1855, morreu-lhe o pai e em março de 1856 a madrasta. Após a morte do pai, Antônio Maciel assumiu seus negócios, mas em poucos anos, por falta de experiência e conhecimento para administrar o comércio, perdeu todos os bens, inclusive a casa onde vivia. Em janeiro de 1857, quando ainda tentava sobreviver por meio das atividades comerciais, casou-se com Brasilina, jovem de 15 anos, filha de uma prima de nome Francisca. Arruinados os negócios, iniciou uma fase nômade, tendo vivido e trabalhado em algumas cidades do sul do Ceará.

Em 1858, tornou-se mestre-escola na Fazenda Tigre, localizada a cerca de oito léguas de Quixeramobim. Em 1859, passou por Tamboril e Campo Grande, onde tornou-se advogado provisionado no fórum local "redigindo petições em nome dos reclamantes à Justiça" (Martins, 2001, p. 21). Manoel Benício afirma que ele ali ficou conhecido como advogado dos pobres (Benício, 1997, p. 38). A essa altura, já tinha ao menos dois filhos dos quais não se tem notícia.

De Campo Grande, seguiu para Ipu, Santa Quitéria e Tamboril. Segundo Martins (2001, p.22) "volta a atuar como solicitador e requerente" em Ipu. Como não estivesse bem no casamento, consta que tenha se envolvido com uma mulher de nome Joana Imaginária, artesã que esculpia imagens (daí a alcunha), dada a misticismos, com quem teve um filho, possivelmente o quarto, de nome João Aprígio. A esposa, por sua vez, com conhecimento da existência do filho bastardo, passou a não mais se preocupar em disfarçar suas infidelidades. Corriam já pela vila as histórias envolvendo-a a homens da região. Para se certificar do que ocorria, Antônio Maciel criou uma situação para flagrar a esposa e o amante. Disse-lhe certa vez que viajaria por três dias. Parece que se ausentou tempo suficiente para que a esposa abrigasse em casa o amante. Diante da flagrante situação, Antônio Maciel deixou-a e seguiu para Tamboril, onde tornou-se "professor na Fazenda Santo Amaro, de propriedade do major José Gonçalves Veras, descendente da família que havia matado seus ancestrais" (Martins, p. 22). Já nessa época parece ter ensaiado alguns escritos. Manoel Benício (1997, p. 38) diz que lá o Conselheiro deixou alguns "rabiscos".

Esteve novamente em Campo Grande por volta de 1865, onde reencontrou Joana Imaginária. Nessa época, já levava uma vida nômade, sozinho, uma vez que Joana Imaginária não quis acompanhá-lo. Percorreu todo o sul do Ceará, região conhecida por Crato. Esteve com sua irmã em Paus Brancos. Lá estando, feriu o cunhado em um episódio não muito bem explicado. Fala-se que teve um acesso de loucura e que o marido da irmã tentava contê-lo quando ele o machucou levemente. Em outra versão, conta-se também um desentendimento e uma grave injúria física ao parente. Nos relatos biográficos de Antônio Conselheiro, com exceção do que escreveu João Brígido, esse parece ser o primeiro acontecimento em que claramente se atribui ao Conselheiro algum ato de desequilíbrio mental. Por essa época, até 1867-1868, esteve novamente no Crato, seguindo missionários que peregrinavam no sertão evangelizando as populações locais. A partir de 1868, escasseiam as notícias a respeito de Antônio Maciel.

Somente em 1873 reaparece, já na Bahia, em Itapicuru, com a aparência que manteria até o fim da vida: túnica azul, cabelos e barba compridos. Dizia-se enviado de Deus, enquanto pregava o cristianismo primitivo e construía capelas e cemitérios. Gozava então do apreço dos sertanejos, a princípio mais das mulheres, por procurar fazer aquilo que julgavam ser o bem. Há crônicas do ano de 1876 que tratam da importância do peregrino já então chamado de Antônio Conselheiro.

Sob falsa acusação de assassinato, foi preso em 1876 na Bahia, escoltado até Salvador e de lá mandado de navio para Fortaleza. Nessa época já se fala muito na acentuação do seu estado de demência. No ofício que o acompanhou até o Ceará, o chefe de polícia João Bernardo Magalhães afirma supor que o prisioneiro é "algum dos criminosos" daquela província. Em Itapicuru "entre gente ignorante, disse-se enviado de Cristo, e começou a pregar, levando a superstição de tal gente ao ponto de um fanatismo perigoso" (Benício, 1997, p. 23). No mesmo ofício, a autoridade alega ainda que a prisão se deveu a um pedido do vigário local, somada à acusação de assassinato anos antes no Ceará. O policial pede que não o percam de vista, mesmo constatando não ser ele um criminoso, "para que não volte a esta província, para onde a sua volta trará certamente resultados desagradáveis, pela exaltação em que ficaram os espíritos dos fanáticos com a prisão do seu ídolo" (Benício, 1997, p. 24).

De Fortaleza, foi mandado de volta a Quixeramobim, sua cidade natal, onde foi solto por não constar ali que tivesse cometido qualquer crime. Solto, voltou ao Crato e novamente peregrinou até a Bahia, deixando atrás de si fama de santo e profeta milagroso. A essa altura, seu prestígio era tão grande que as próprias autoridades locais tiveram de tolerá-lo. Aí permaneceu, pregando a seu modo a fé cristã, fazendo procissão com seus devotos, sempre construindo ou reconstruindo capelas e cemitérios. O pesquisador Paulo Martins no livro *A reinvenção do sertão* (2001) destaca o período que se estende até 1893 como o de maior atividade quanto às edificações, tendo como projeto (nunca acabado) "edificar 25 igrejas, conforme promessa feita ao deixar sua terra natal" (Martins, 2001, p. 34).

Na década de 1880, acirraram-se as divergências entre o Conselheiro e o clero local, principalmente pelo fato de ele condenar abertamente condutas tidas como imorais, o concubinato, por exemplo, apresentadas por padres do sertão. Consta que em 1882, o arcebispo primaz da Bahia, d. Luís José dos Santos, conclamou o clero a proibir as prédicas do Conselheiro e a não se associarem a ele no apoio às comunidades sob suas jurisdições. Muitos padres, no entanto, não acataram essa ordem.

Em 1887, o mesmo arcebispo pediu a autoridades civis da Bahia providências contra Antônio Maciel (Benício, 1997, p. 27). Como resposta à solicitação, João Capistrano Bandeira de Melo, por parte da Presidência da Província da Bahia, comunicou ao religioso sua solicitação da entrada de Antônio Conselheiro no "Hospício de Alienados" da Corte, sob alegação de que o mesmo seria "atacado de monomania religiosa" (Benício, 1997, p. 27). No entanto, a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, responsável pelo Hospício Pedro II, comunicou a autoridade baiana a impossibilidade de receber Antônio Maciel por falta de vaga. Recomendou ainda o seu recolhimento no hospício da Bahia, o que não se realizou.

Manuel Benício, em *O Rei dos Jagunços*, registrou a possibilidade de Antônio Conselheiro ter sido preso e submetido a vexames e atrocidades em Pernambuco antes de novamente ser posto em liberdade, mas afirmou também que do episódio não conseguiu "nenhum documento", por isso o reproduzia ali "sem foro histórico" (Benício, 1997, p. 31).

Em 1887, foi ao Ceará, à sua cidade natal, Quixeramobim, e também a Fortaleza, onde visitou o antigo colega de escola, o advogado João Brígido, como é atestado no livro *Ceará -homens e fatos*, de autoria do jurista. Manoel Benício recriou em *O Rei dos Jagunços* o diálogo entre o Conselheiro e o antigo companheiro de infância. Na ocasião, o Conselheiro teria dito que iria cumprir um voto a São Francisco, feito na Bahia, para depois seguir para onde o chamavam os mal-aventurados. Que se saiba, nunca mais retornou ao Ceará.

Os eventos que desencadearam a campanha no sertão da Bahia se estenderam por alguns anos. Desde o princípio da década de 90 do século XIX, registraram-se desentendimentos entre comerciantes da região e o grupo de Antônio Maciel.

Datam de 1892 as primeiras notícias sobre os discursos ditos monarquistas de Antônio Conselheiro:

.../ divulgam-se na imprensa as primeiras notícias do discurso anti-republicano do Conselheiro, condenando o casamento civil, a separação da Igreja do Estado, a deposição do imperador D. Pedro II, o banimento da família imperial para a Europa e a cobrança de impostos nas feiras livres locais, instituições estas advindas com o novo regime. (Martins, 2001, p. 42)

Em 1893, o Conselheiro se estabeleceu às margens do rio Vaza-Barris, fundando Canudos, cujo nome inicial foi Belo Monte. O ano de 1893 foi, por sinal, um importante momento para se entender os determinantes do conflito armado que se sucederia quatro anos mais tarde. É de 1893 um famoso acontecimento: um grupo de conselheiristas destruiu na cidade de Soure avisos de notificação pública de cobrança de impostos. Em maio do mesmo ano, em Tucano, conselheiristas travaram combate com um grupamento baiano. Uma tropa federal foi enviada pelo presidente, Marechal Floriano da Fonseca, mas recuou sob uma contra-ordem.

Em 1895, preocupado com os rumos que o agrupamento em torno do Conselheiro em Canudos poderia tomar, o arcebispado baiano enviou ao local um representante religioso, o Frei João Evangelista do Monte Marciano. A missão do frei era mostrar ao líder e aos seus seguidores a necessidade de os cristãos

verdadeiros obedecerem não apenas as leis da Igreja, mas também as do poder civil instituído.

É o que nos escreve o professor e pesquisador baiano José Calasans, na apresentação à reedição do relatório que o referido frei redigiu quando do seu retorno de Canudos: "Após uns poucos dias de permanência em Canudos, a trindade missioneira teve de abandonar o local, agravando assim o relacionamento dos canudenses com o poder público" (Calasans, 1987, p. 7). O fracasso da missão muito provavelmente determinou com dois anos de antecedência o desfecho daquela guerra. O próprio relatório do frade sugere providências no sentido de restabelecer a ordem na região.

Em novembro de 1896, a partir da localidade de Uauá, espalhou-se a notícia da ida dos conselheiristas a Juazeiro, para buscar um carregamento de madeira já pago e não entregue. O juiz de direito local (Arlindo Leoni - possivelmente um antigo desafeto do Conselheiro) comunicou o fato ao governador Luís Viana e lhe pediu reforço policial. Uma tropa do exército, que ficou conhecida como Primeira Expedição a Canudos, foi mandada ao local com efetivo superior a cem homens. Depois de andar mais de 200 km, a tropa encontrou cerca de 500 conselheiristas em procissão. Houve um combate, com muitas baixas entre os conselheiristas, mas, acuada, a expedição retornou a Salvador.

Em janeiro de 1897, a Segunda Expedição a Canudos, comandada pelo major Febrônio de Brito, seguiu para a região. Entre Tabuleirinho e Canudos, na Lagoa do Cipó, que passou a ser conhecida por Lagoa de Sangue, a tropa de mais de 600 homens foi surpreendida por conselheiristas cedo pela manhã. Depois de duro e sangrento combate, o major ordenou a retirada.

Já no final de fevereiro, nova expedição, agora a terceira, comandada pelo mais famoso militar da época, o coronel Moreira César, conhecido por "Treme-terra" rumou para Canudos. Foi uma expedição de peso para os padrões da época:

/.../ cerca de 1600 homens (uma brigada de infantaria, um esquadrão de cavalaria, uma bateria de artilharia armada com seis peças, um corpo de saúde composto de dois médicos, dois engenheiros militares, três oficiais da Caixa Militar, 157 praças da Polícia Militar da Bahia e um comboio com farta munição) (Martins, 2001, p. 46).

Depois de caminhar do dia 23 de fevereiro ao dia 3 de março, os combatentes chegaram exaustos a Canudos e receberam a ordem de atacar o arraial imediatamente. Após algum sucesso, Moreira César foi pessoalmente à frente de batalha encorajar os homens. Ferido de morte, veio a falecer na madrugada de quatro de março, antes da debandada geral que deixaria para trás farta quantidade de armamentos e de munição para os conselheiristas. Paulo Martins lembra que Moreira César morreu numa quarta-feira de cinzas de um carnaval que cantou antecipadamente a sua vitória:

Tremei, audaz Conselheiro
 ante o reforço potente
 que vai tirar-te os Canudos
 vai destroçar tua gente (...)

Eia! Valentes! Brademos
 desde o monte até o val:
 Morra! Morra! O Conselheiro
 Viva! Viva! O carnaval
 (Apud Martins, 2001, p. 46-47)

Em clima de total histeria na capital federal, onde prédios de jornais monarquistas foram incendiados e um jornalista morto (Gentil de Castro), foi nomeado o general-de-brigada Artur Oscar para comandar aquela que seria a quarta e última expedição a Canudos. Nas palavras da socióloga Luitgarde Barros, o desaparecimento de Moreira César foi o acontecimento decisivo para que o poder público se convencesse da necessidade de uma drástica operação de guerra na região:

A morte de Moreira César conscientiza as autoridades da disposição de luta dos conselheiristas, o que determina medidas de estado de guerra. Convoca-se mais da metade de todo o efetivo do exército e polícias de seis Estados, com moderno armamento, constituindo-se a quarta expedição, dividida em duas colunas comandadas pelos generais Arthur Oscar e Savaget (Barros, s/d).

O grupamento contou com 12340 homens (mais de 49% do efetivo do exército da época), divididos em duas colunas que assaltariam o Belo Monte por dois flancos: uma partiria de Queimadas via Monte Santo até Canudos e seria

comandada pelo general João da Silva Barbosa; a outra sairia de Aracaju sob o comando do General Cláudio do Amaral Savaget.

Juntaram-se às tropas militares destacamentos do Espírito Santo e de Sergipe. Mais no final das operações, uma expedição de reforço e um comboio de reabastecimento foram mandados ao local. O próprio Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado de Bittencourt, foi para a região comandar pessoalmente as estratégias de guerra. Além do armamento convencional, as forças federais contaram com um canhão Witworth 32 (de 2 toneladas), a chamada matadeira, 18 canhões Krupp 7,5, duramente transportados pela caatinga. Apesar disso, a quarta e última expedição a Canudos foi levada "à sede, à fome, ao esgotamento da munição e à quase-derrota" (Martins, 2001, p. 48).

Pode-se dizer que a Quarta Expedição a Canudos se estendeu por sete meses, de março a outubro de 1897, se fixarmos como data inicial a nomeação do General Artur Oscar para o comando das operações de guerra (princípio de março, tão logo se confirmou a morte de Moreira César) e como data final o dia 05 de outubro de 1897. A Quarta Expedição a Canudos seguiu para o sertão baiano em junho daquele ano. Acreditava-se que a guerra seria curta, mas ela perdurou por mais de três meses completos. Só no princípio do mês de outubro Canudos foi totalmente dominada e incendiada pelas forças federais. O corpo de Antônio Conselheiro, morto no final do mês anterior, foi exumado no dia seguinte. Sua cabeça foi enviada para análise em Salvador, mas os exames não constataram nada de anormal.

4.3. Mosaico Biográfico

A imagem biográfica de Antônio Conselheiro é hoje, mais de cem anos após a sua morte, motivo de generosas palavras tais quais as que o historiador Edmundo Muniz escreveu na abertura do capítulo "Antônio Maciel", no seu *Canudos: a guerra social* (1978):

Ninguém melhor do que Antônio Conselheiro representa a corajosa obstinação, a sabedoria intuitiva, o espírito combativo e a resistência heróica do sertanejo brasileiro. Tais qualidades muito contribuíram para

colocá-lo entre as personalidades mais impressionantes de sua época. Pelo que fez e pelo que pregou, a história se incumbe de ressaltar, apesar de quase um século de pertinaz detração, a grandeza ascética do inspirador e guia do maior movimento de massas que abalou o sertão. A figura de Antônio Conselheiro avulta-se com o tempo à medida que a pesquisa histórica ilumina o passado e retira da sombra os acontecimentos heróicos de uma insurreição camponesa ocorrida no interior da Bahia, que teria a mais profunda ressonância nos centros nevrálgicos da política nacional (Moniz, 1987, p. 15).

Igualmente, o mesmo homem foi capaz de suscitar no ex-combatente da Terceira e Quarta Expedições a Canudos, o Brigadeiro Marcos Evangelista C. Villela Jr., o desprezo expresso em pouco mais de duas páginas do final de seu livro das memórias da guerra:

O Conselheiro era semi-analfabeto, muito manhoso, estradeiro e com ambição de ser chefe de qualquer coisa. Assim, fez-se chefe religioso e, tomando uma túnica de zuarte, dizia-se enviado de Deus, vivia sem trabalhar, graças à dedicação do seu rebanho, que era levado não só à rapinagem, mas também ao assassinato, à desonra das famílias sertanejas e outras truculências.

/.../ E foi essa gente estúpida, ignorante, má e perniciosa que fomos combater, julgando encontrar religiosos que preferiam sucumbir a combater. Ledo engano. O que encontramos foram lobos famintos cuja voracidade os atirava até o entrevero, donde se conclui que o fanatismo religioso obedecia não ao princípio da santidade, mas ao da rapinagem, do banditismo e da perversidade, com o único objetivo de dar expansão a sentimentos de verdadeiras bestas-feras: comer, dormir e viver sem trabalhar, à custa do sacrifício do próximo (Villela Jr., 1997, p.108).

Como se vê, o mesmo personagem que foi visto por milhares de seguidores como o “Bom Jesus”, era considerado bandido por um combatente que relatou suas memórias por escrito 50 anos depois do conflito. Da mesma forma, um historiador de orientação socialista vê no líder o mais representativo ícone da resistência do sertanejo às condições de vida a que era submetido no nordeste brasileiro do século XIX. Nas mais diferentes escalas, a heterogeneidade das opiniões expressa nos textos aqui estudados reflete o que foi esboçado nos parágrafos e citações acima.

A Guerra de Canudos trouxe para o cenário urbano procedimentos ainda não usuais na época, mas que seriam muito comuns no século seguinte. A inédita cobertura de guerra é certamente um exemplo. Outro ponto, de interesse para a presente etapa do trabalho, é a idéia desenvolvida pelo jornalista Felipe Pena em

Teoria da Biografia sem fim, quando trata da escrita biográfica de estrelas do cinema e da televisão. Hoje, segundo o autor, "a biografia é escrita diariamente na mídia" (Pena, 2004, p.42), sendo desnecessário, para se conhecer a intimidade de um astro, a leitura de um livro contendo o que ele autorizou publicar. Isso se deve à superexposição dos artistas à mídia. A situação de Antônio Conselheiro com relação aos jornais da época é comparável a essa. Se guardarmos as devidas proporções, é possível vermos no excesso de informações a seu respeito uma espécie de antecipação do que a mídia faria décadas depois com os que elege para serem elevados ao nível de celebridade. Principalmente no ano de 1897, sua figura foi tão exposta à mídia, em textos e imagens caricaturais, que muito dificilmente algum "espectador" atento aos acontecimentos conseguiria não se deixar influenciar por elas. Paralelamente à guerra propriamente dita, as cidades eram constantemente bombardeadas por informações tanto a respeito do conflito, quanto da vida dos canudenses e de seu líder espiritual. É bem verdade que se trata de comparar situações bem distintas. A resistência de Canudos, metonimicamente vista como a resistência do seu líder, transforma suas atitudes em feitos comparáveis à bravura de feitos heróicos, até para os seus inimigos. Esse foi inegavelmente um dos ingredientes que transformou Antônio Conselheiro numa celebridade nacional da época. De certa forma, pode-se dizer que a vida daquele arraial, sobretudo de seu mais famoso líder, foi explorada pela mídia impressa da época como um grande espetáculo, capaz de despertar a atenção dos mais variados tipos de pessoas, como nos apontou Machado de Assis, em sua última crônica sobre Canudos, além de atenuar, ainda aproveitando as idéias do escritor, o aborrecimento do cotidiano daqueles dias do fim do século XIX. O comentário feito por Felipe Pena sobre celebridades e heróis da atualidade evidencia aspectos semelhantes aos relativos às representações de Antônio Conselheiro na época da guerra: "a espetacularização da vida toma o lugar das tradicionais formas de entretenimento. Cada momento da biografia de um indivíduo é superdimensionado, transformado em capítulo e consumido como um filme" (Pena, 2004, p. 34).

É dessa pluralidade de imagens verbais e visuais que os vinte verbetes que se seguem tratam. Não houve a preocupação de estabelecer qualquer juízo de valor. Os verbetes foram desenvolvidos com o intuito de não apenas destacar as

idéias a respeito do Conselheiro, mas de refletir sobre elas tanto quando pensadas isoladamente, quanto no contexto geral criado pela sucessão dos núcleos temáticos. A escrita proposta foge ao esquema tradicional da biografia narrativa, apesar de vários verbetes se configurarem como micronarrativas de episódios documentados ou não da vida do líder. Trata-se de uma escrita consciente do conflito entre a objetividade necessária ao tratamento das informações e a subjetividade, por exemplo, de sua própria seleção, como nos mostra a pesquisadora Diana Damasceno:

Se o biógrafo deve, por um lado, procurar ser o mais objetivo possível, por outro é quase impossível excluir a subjetividade implícita no gênero, uma vez que é imprescindível um processo de identificação entre autor e personagem. Sem essa identificação, o resultado será apenas uma enumeração de fatos e não uma biografia, desenvolvida por meio de uma narrativa, emergente de um processo de interpretação, em que o distanciamento e a imparcialidade do biógrafo são impraticáveis (Damasceno, 2002, p. 26).

Os verbetes, apesar de serem freqüentemente muito sucintos, não devem ser percebidos como uma simples listagem de informação. Independentes entre si, o que permite uma leitura em qualquer direção, eles se solidarizam, pelo fato de suas idéias se complementarem ou mesmo se excluírem.

Abolicionista:

Em carta enviada ao Barão de Jeremoabo, poderoso líder político da região de Canudos na década de 1890, Antero de Cirqueira Galo, político de Tucano, lembra que dentre os seguidores de Antônio Conselheiro não há gente de projeção. Lá se encontram soldados desertores e ex-escravos:

Quanto aos jornais afirmarem que lá existe vulto habilitado para dirigir combate e que João Abade é filho de Ilhéus e foi estudante de um liceu e matou uma namorada, é completamente inverídico. Lá os vultos que estão desenvolvendo a revolta, é o mesmo Conselheiro com seus sequazes dentre estes soldados desertores de diversos Estados e o povo de 13 de maio, que é a maior parte; advirto mais, *que gente de cor branca poucos lá tem*, quanto mais homens que ocupam certa projeção! (Sampaio, 2001, p. 160, grifo meu).

No texto “Do Ceará, três santos do nordeste”, a antropóloga Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros afirma que a atuação do Padre Ibiapina (ver “Beato”) no sertão busca valorizar a dignidade humana por meio do trabalho, rompendo a visão da classe dominante que associa a necessidade de trabalhar a estigma social. Dentro dessa ética cristã, com a qual o Conselheiro teve contato desde cedo e em suas peregrinações pelo sertão, o abolicionismo passa a ser uma causa bem vista por ele.

De fato, nos escritos de Antônio Conselheiro, publicados em 1974, vê-se a reverência que o líder tem pela família real, por ter sido a Princesa Isabel a libertadora dos escravos:

É preciso, porém, que não deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família real, porque sua alteza a senhora dona Isabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do céu; porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ser reduzido o ente humano; a força moral (que tanto a obra) com que ela procedeu a satisfação da vontade divina constitui a confiança que tem em Deus para libertar esse povo, não era motivo suficiente para soar o brado da indignação que arrancou o ódio da maior parte daqueles a quem esse povo estava sujeito... na noite que tinha de assinar o decreto da liberdade, um dos ministros lhe disse: Sua alteza assina o decreto da liberdade, olhe a república como uma ameaça, ao que ela não liga a mínima importância, assinando o decreto com aquela disposição que tanto a caracteriza (Nogueira, 1974, p. 180-181).

O abolicionismo não chega a ser um tema fortemente associável à imagem do Conselheiro na maior parte das referências bibliográficas disponíveis. De qualquer forma, o discurso do líder em defesa da liberdade dos escravos reforça a idéia do missivista acima citado de que em Canudos havia muitos negros, provavelmente atraídos pela utopia da liberdade pregada pelo Conselheiro.

Asseado:

Ao lado de várias referências em relação à aparência decrépita de Antônio Conselheiro, uma ao menos a contradiz. Nas palavras que Euclides da Cunha registrou em *Canudos, diário de uma expedição*, há suas impressões a respeito de um jagunço de quatorze anos, em cujas palavras disse depositar grande valor:

"Estas revelações feitas diante de muitas testemunhas têm para mim valor inestimável; não mentem, não sofismam e não iludem, naquela idade, as almas ingênuas dos rudes filhos do sertão" (Cunha, 1995, p. 544). É justamente esse jagunço que descreve, para surpresa de Euclides, um conselheiro asseado:

Quanto a Antonio Conselheiro, ao invés da sordidez imaginada, dá o exemplo de notável asseio nas vestes e no corpo. Ao invés de um rosto esquelético agravado no aspecto repugnante por uma cabeleira mal tratada onde fervilham vermes - emolduram-lhe a face magra e macerada, longa barba branca, longos cabelos caídos sobre os ombros, corredios e cuidados (p. 543).

Bandido:

A associação dos sertanejos de Canudos e do próprio Antônio Conselheiro ao banditismo faz parte da visão da elite letrada do país, mas também de uma parcela de sertanejos que, por alguma razão se sentiu lesada pelo Conselheiro. Essa é das referências mais abundantes na bibliografia do final do século XIX até os princípios do século XX.

No texto "Canção de Piratas", Machado de Assis escreve pela primeira vez, ainda em 1894, a respeito de Antônio Conselheiro. Já ali aparece a referência ao banditismo: "Jornaes e telegrammas dizem dos clavinoteiros e dos sequazes do Conselheiro que são criminosos; nem outra palavra pôde sair de cerebros alinhados, registrados, qualificados, cerebros eleitores e contribuintes" (Assis, 1944, p. 144).

Muito antes disso, os conselheiristas já haviam sido considerados perigosos pela ação do juiz de Juazeiro:

A Ciência do Direito, pela ação do juiz de Juazeiro da Bahia, Arlindo Leoni, bem antes da Ciência Médica, já classificara o povo de Canudos, no episódio da compra de madeira feita pelo Conselheiro a um comerciante amigo do magistrado. Protegendo a não entrega da mercadoria já paga, Leoni, através do poder judicial, condena os denunciadores da falcaturia comercial como bandidos, assassinos perigosos que pretendiam invadir a cidade, pondo em risco as famílias juazerenses. Em nome da lei solicita ao governo da Província o envio de tropas para a defesa da ordem e destruição dos criminosos (Barros, s/d).

Nas cartas enviadas ao Barão de Jeremoabo (Novais, 2001), há apenas três menções ao banditismo. As cartas vão de janeiro de 1894 a fevereiro de 1899 e foram escritas na sua maior parte por fazendeiros e negociantes da região, que se ligavam ao barão por laços familiares ou de compadrio. A primeira referência a banditismo ocorre em 7 de julho de 1897, em plena guerra. O missivista foi Manuel F. Meneses, comerciante da área farmacêutica em Monte Santo: “seremos as primeiras vítimas dos bandidos” (Novais, 2001, p. 187). Curiosamente o farmacêutico foi duramente perseguido, não pelos canudenses, mas por ter sido acusado de curandeirismo e de ter-se aliado aos conselheiristas.

No mesmo mês e ano, no dia 20, o político baiano Aristides Costa Borges, escrevendo de Vitória, afirma não acreditar “no extermínio completo dos bandidos que não oferecem combate, limitam-se a guerrilhar, o que torna quase impossível uma ação completa” (p. 199). Também de fora da região vem a última referência, nas cartas, ao banditismo, feita por um amigo do barão, do Rio de Janeiro, numa carta ambígua, em que não se pode saber se o termo é empregado com seriedade ou ironia.

É na poesia em torno da guerra que mais se observa a associação do Conselheiro ao banditismo. É o caso do poeta João Cunegundes, no poema “A Guerra de Canudos”:

Ergueu-se contra a República,
O bandido mais cruel
Iludindo um grande povo
Com a doutrina infiel
Seu nome era Antônio
Vicente Mendes Maciel.
(Apud Calasans, 1984, p. 27)

Das inúmeras referências a esse aspecto, destaco por fim o que escreveu o brigadeiro Marcos Evangelista Vilella Jr., não apenas por ser dos mais veementes, mas pelo fato de ter escrito seu relato mais de cinquenta anos depois do conflito, numa época em que já não mais vigorava a imagem negativa dos conselheiristas:

Os sertanejos baianos em geral eram inimigos dos jagunços, porque sabiam de sua periculosidade: nas cidades e povoações fronteiriças eles tinham liquidado tudo, e só existiam taperas abandonadas pelos seus donos, alguns transportados ao outro mundo. As autoridades, por sua vez, pouco ou nada

faziam. Quem ia perseguir Canudos, onde existiam 20 mil bandidos em armas? Era esta a situação de Canudos em relação ao meio social e político; queriam formar um Estado dentro do Estado baiano, na certeza de que mais tarde o Bom Jesus Conselheiro governaria todo o Brasil. Pelo que acabo de narrar, pode-se muito bem avaliar a mentalidade de tal gente, para não dizer de tais animais. E foi essa gente estúpida, ignorante, má e perniciosa que fomos combater, julgando encontrar religiosos que preferiam sucumbir a combater (Villela Jr., 1997, p. 108).

Beato:

Beato é um termo comumente utilizado nos textos sobre Antônio Conselheiro. Na maior parte dos casos, a palavra é usada como anáfora, como recurso estilístico para evitar a repetição de seu nome próprio, Antônio, ou de referências variadas tais como, o Conselheiro, Antônio Maciel, o líder de Canudos, o fanático, entre outros.

No entanto, na organização sócio-religiosa do sertão nordestino da segunda metade do século XIX, os beatos tinham uma função bastante bem definida e que os diferenciava dos conselheiros (ver “Conselheiro”). A presença dos beatos no sertão nordestino brasileiro remonta à época do Padre Ibiapina, segundo a pesquisadora Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, em “O sertão de Ibiapina e o mundo dos beatos” (s/d). A antropóloga registra ter sido o padre foi um representante oficial do clero no Brasil e que, além de criar as ordens dos beatos, estimulou sua presença no sertão. Teve por isso grandes problemas com a igreja no Ceará. Transferiu-se para Pernambuco, onde continuou com seu trabalho:

Sua autonomia decisória, criando as ordens de beatos, trouxe-lhe no Ceará desentendimentos com o primeiro bispo, D. Luiz dos Santos, que proíbe os beatos de pedirem esmolas para a manutenção das Caridades. Ibiapina se afasta do Ceará entregando-lhe todas as Casas de Caridade, e concentra sua missão na Diocese de Pernambuco, onde é aceito pelos bispos e sacerdotes, o mesmo acontecendo com as novas Dioceses criadas na Paraíba e no Rio Grande do Norte.(Barros, s/d)

Segundo o professor José Calasans, aos beatos cabia a função de “tirar rezas, cantar ladainhas, pedir esmolas para obras da igreja” (Calasans, 1986, p. 22). Entretanto, no Ceará, houve uma reação da igreja local contra esse tipo de

atuação e os beatos foram associados ao fanatismo e à loucura. Também por esse motivo, eles se espalharam pelo sertão:

A reação aos beatos, iniciada no Ceará, onde eram vistos como fanáticos, proibidos de proverem as Casas de Caridade ainda com Ibiapina vivo, foi uma tendência que se ampliou na Igreja que, no início deste século, como já o fizera em Canudos, se alia ao Estado para destruir aqueles "*desvios religiosos de antros de loucos*".

Centenas de beatos se espalharam pelo sertão do Nordeste, divulgando as concepções do catolicismo de fé, trabalho e caridade, plantadas pelo missionário para salvação do mundo (Barros, s/d).

O padre Ibiapina, ainda segundo a pesquisadora, foi responsável pela criação das Irmandades dos beatos e beatas, cujas bases eram o trabalho, a humildade, a caridade e amor ao próximo, não promovendo a discriminação de sexo, cor ou posição social. A missão do padre, e, por extensão, a dos beatos, é evangelizadora e civilizadora, pois se preocupava com a realização de obras para a melhoria da vida do homem comum do campo, tais como estradas, açudes, casas de caridade (orfanato, hospital e escola), igrejas, cemitérios, canais e represas. À luz da doutrina cristã, pregou o que se considerava “bons costumes” e o valor do homem pobre que vivia de acordo com os preceitos religiosos.

Com a não aceitação por parte do bispado cearense, provavelmente por disputas de poder, dos procedimentos pregados pelo padre Ibiapina, a presença dos beatos nas paróquias do sertão teve de ser combatida pelos padres locais, o que, ainda nas palavras da socióloga, gerou uma “uma ruptura, a separação do catolicismo das elites - ligado ao rigor teológico da hierarquia, e o catolicismo das baixas camadas sociais.”

É nesse contexto religioso que emerge a liderança de Antônio Conselheiro no sertão. Como a atividade não era bem aceita havia décadas no sertão cearense, o Maciel caminhou para o sul, vindo a sacramentar sua missão peregrina no sertão da Bahia, então castigadíssimo pela miséria.

Isso nos permite compreender o porquê de sua presença no sertão não ser aceita, apesar de objetivar a difusão do evangelho e a realização de obras para a melhoria da situação de vida das populações locais.

Celebridade:

O ano é 1897, o mês, fevereiro, o cronista, Machado de Assis. Sete meses antes do término da Guerra de Canudos, o escritor publicou, no periódico *A Semana*, mais uma de suas crônicas abordando a questão de Canudos:

Conheci ontem o que é celebridade. Estava comprando gazetas a um homem que as vende na calçada da Rua de S. José, esquina do Largo da Carioca, quando vi chegar uma mulher simples e dizer ao vendedor com voz descansada:

- Me dá uma folha que traz o retrato desse homem que briga lá fora.
- Quem?
- Me esqueceu o nome dele.

Leitor obtuso, se não percebeste que "esse homem que briga lá fora" é nada menos que o nosso Antônio Conselheiro, crê-me que és ainda mais obtuso do que pareces (Assis, 1997, p. 763).

O trecho inicial da crônica encerra algumas idéias de interesse. Machado de Assis sugere, ao chamar de obtuso o leitor que não associou imediatamente a estranha descrição feita por aquela mulher do povo, um grande destaque dado às notícias do sertão naquele momento. Mais que isso, indica ser por intermédio dos jornais que as informações sobre a atuação dos conselheiristas do interior da Bahia chegavam aos moradores da capital da República, fossem eles letrados, como o 'obtusos leitor' de suas crônicas, ou os populares como a mulher que "provavelmente não sabe ler". O escritor provavelmente estava ironizando o imenso alarde feito pela imprensa sobre o caso, tanto é que menciona o fato de as notícias do sertão estarem até mesmo influenciando os fundos brasileiros em Londres e Nova Iorque. Acrescenta, dirigindo-se não apenas ao leitor, mas ao homem urbano:

Habitante da cidade, podes ser conhecido de toda a Rua do Ouvidor e seus arrabaldes, cansar os chapéus, as mãos, as bocas dos outros em saudações e elogios; com tudo isso, com o teu nome nas folhas ou nas esquinas de uma rua, não chegarás ao poder daquele homenzinho, que passeia pelo sertão, uma vila, uma pequena cidade, a que só falta uma folha, um teatro, um clube, uma polícia e sete ou oito roletas, para entrar nos almanaques (Assis, 1997, p. 764).

A crônica de Machado de Assis antecedeu em poucos dias o fracasso de Moreira César na guerra. Depois que isso ocorreu, as notícias de Canudos monopolizaram os noticiários do país até o final da guerra. Só com o assassinato do Ministro da Guerra, recém chegado de Canudos, é que a política da capital voltou a ocupar o primeiro plano dos jornais. As notícias sobre o Conselheiro iriam de fato ter grande repercussão internacional.

Nos mesmos dias em que circulava a crônica de Machado de Assis na capital, era escrita ao barão de Jeremoabo uma carta do Rio de Janeiro em que o missivista diz estar se avolumando a celebridade do Conselheiro em função do desastre da segunda expedição. Segundo Felipe Pena, “a valorização do biográfico é diretamente proporcional à capacidade desse indivíduo em roubar a cena, ou seja, em tornar-se uma celebridade” (Pena, 2004, p. 34). De fato, o crescente número de referências aos conflitos em Canudos faz aumentar a visibilidade do nome de Antônio Maciel, porque os embates do sertão baiano foram diretamente relacionados pela opinião pública ao papel da liderança por ele exercida naquela região. Dessa forma, quanto mais grave foi se tornando a situação em Canudos, mais famoso se tornava o Conselheiro.

Conselheiro:

O mais famoso epíteto de Antônio Maciel, por definição, correspondia a uma a função que ia um passo além do papel dos *Beatos*. Em *Quase biografia de jagunços*, o pesquisador José Calasans explica que por ser “melhor preparado sobre os temas religiosos”, um conselheiro “pregava, dava conselhos”. Além disso, “um conselheiro pode ter, debaixo de suas ordens, um ou vários beatos” (Calasans, 1986, p. 12). O próprio Antônio Conselheiro tinha beatos subordinados a si. Era o caso dos beatos Paulo, José Beatinho, Antônio Beatinho, entre outros. Há claramente aí uma relação hierárquica entre as figuras de conselheiro e beato.

Apesar de no sertão nordestino serem comuns as figuras leigas encarregadas de cumprir um determinado papel que a igreja local não conseguia desempenhar, houve vozes que levantaram suspeitas a respeito da legitimidade da atuação do Conselheiro no sertão, mesmo se excluídos os rumos tomados por Canudos no seu último ano de existência. Manoel Benício, por exemplo, sublinha

o caráter doentio da personalidade do Conselheiro em vários momentos de sua “crônica de costumes sertanejos”, sobretudo quando narra a rejeição da sua internação em um hospício do Rio de Janeiro. Isso gera um conflito entre a imagem do louco, vivendo em farrapos, e um referido prestígio entre o povo das cidades por onde passava.

Apesar disso, “o leigo missionário” que falava ao povo, exortando-o ao caminho da religião e do dever” (Benício, 1997, p. 37) marca sua presença em *O rei do jagunços*, mais especificamente no final do livro, quando o tom do narrador em relação ao peregrino enfim se ameniza. Assim se refere Benício ao Conselheiro:

Deixou-se matar pela sua fé, como Jesus; ninguém o pode pois chamar de charlatão e ambicioso, quando, com a morte, mostrou ser um verdadeiro crente e mártir da causa que, boa ou má, apostou.

Ele era um convicto; dirão que convicto no erro; mas aos que erram ensina-se a verdade e não se mata.

Simples, sem cultura intelectual, modesto, sem aspirações no mundo, humilde e bom, ele sabia consolar os desesperados e aconselhar para o bem, de sorte que criminosos e velhacos de todos os sexos, homens e mulheres de todas as posições sociais ouviam-no, cheios de contrição e arrependimento, enveredando depois pelo caminho das virtudes. O seu nome será inolvidável na crônica nacional (Benício, 1997, p. 216-217).

Honório Vilanova, o irmão do rico comerciante e chefe militar de Canudos Antônio Vilanova, resumiu em duas frases simples seu sentimento em relação às preleções do Conselheiro: “Era manso de palavra e bom de coração. Só aconselhava para o bem” (Macedo, 1983, p.37).

Fanático:

Na mesma medida em que *Conselheiro* é o epíteto positivo mais associado a Antônio Maciel, *Fanático* o é no sentido negativo. Em praticamente todos os registros oficiais, publicações de jornais ou qualquer outro meio de divulgação de informações, a pecha de fanático religioso é imposta à figura de Antônio Conselheiro.

Curiosamente, a primeira acepção para *fanático* que se encontra no dicionário é aquele “que se acredita inspirado pelo espírito divino, por uma

divindade; iluminado”. É, contudo, aquele “que tem zelo excessivo pela religião; intolerante” ou o “que se mostra excessivamente entusiástico, exaltado, de uma devoção quase sempre cega; apreciador apaixonado” (Houaiss, s/d). É o sentido negativo da palavra que utilizou, por exemplo, Sílvio Romero ao chamá-lo de “tétrico-fanático” (Calasans, 1986, p. 5). Euclides da Cunha, em uma carta de 14 de março de 1897 a João Luís Alves, remetida de São Paulo, mesmo dia da publicação do primeiro artigo chamado “A nossa Vendéia” e apenas uma semana após a morte de Moreira César, escreveu: “Creio que como eu estás ainda sob a pressão do deplorável revés de Canudos aonde a nossa República tão heróica e tão forte curvou a cerviz ante uma horda desordenada de fanáticos e maltrapilhos...” (In: Galvão, 1998, p. 139). A idéia no trecho da carta é clara: quem segue um fanático é porque também é fanático. Paralelamente ao fanatismo segue a idéia de primitivismo. Ambos os conceitos se opõem à idéia de civilização. Quanto a isso, a antropóloga Luitgarde Barros faz uma interessante reflexão, opondo aos fanáticos de Canudos as atitudes dos soldados e oficiais do exército, tidos como civilizados:

O povo de Canudos não era visível como homens, mas como horda de loucos assassinos, até o desfile terrificante das crianças e prisioneiras de guerra levadas pelo exército para a capital. Divulgaram-se as denúncias feitas pelo jornalista Manuel Benício e o acadêmico de medicina Alvim Martins Horcades, do genocídio praticado pelos vencedores da guerra. As degolas, a eventração, as torturas e estupros das prisioneiras teriam sido obra dos civilizados contra os fanáticos. O exército, até então considerado defensor da civilização, da República, aparece, para o Comitê Patriótico, os estudantes da Faculdade de Direito da Bahia, jornalistas como Lélis Piedade, como a face hedionda da guerra, no massacre dos prisioneiros com requintes de perversidade. (Barros, s/d)

O fanatismo como oposição à fé surge curiosamente em uma estrofe do poema de Manoel Bombinho: “Um fanático sem crença nem fé” (Bombinho, 2002, p. 22). Da mesma forma, a idéia daquele que suscita o fanatismo nos outros: “Volta a Bahia e fixa-se em Canudos, no cruzamento de várias estradas e onde havia igreja velha e duas casas de negócios. Rebatizou o lugar de Belo Monte. Continuou a sua influência religiosa e fanática (Araripe, 1985, p. 5). Honório Vilanova, no entanto, após viver os quatro anos de existência do arraial, declarou a Nertan Macedo:

O Peregrino jamais obrigou alguém a freqüentar devoções. /.../ Às orações da latada iam as mulheres, em maior número, e os homens mais tocados de espírito religioso. O resto cuidasse dos seus haveres, deveres e obrigações, sem malquerença a ninguém (Macedo, 1983, p.31).

Forte:

Ao analisar o sertanejo do final do século XIX, Euclides da Cunha escreveu uma das mais célebres frases d' *Os sertões – O sertanejo é antes de tudo um forte* (Cunha, 1954, p.101). A idéia de força, de resistência às mais inesperadas adversidades, pode ser considerada um atributo de Antônio Conselheiro.

Além da fama, o que torna a frase de Euclides da Cunha especialmente interessante são as idéias que a antecedem e determinam. Segundo o pesquisador Roberto Ventura, em *Euclides da Cunha – esboço biográfico*, a ida do escritor para o sertão acompanhar a guerra foi a oportunidade que o engenheiro teve de conhecer *in loco* aquilo que vinha aprendendo havia alguns anos. Entretanto, uma das maiores surpresas a ele reservadas na viagem era o contato com o homem do sertão, que muito o impressionou pela força e rusticidade. Quanto a isso, observou a professora Luitgarde Barros:

Impressionado com a capacidade tática, de resistência na luta e de domínio do meio, louvará aqueles homens com a frase mais conhecida de sua obra: “O sertanejo é antes de tudo um forte!” Afirmando que o sertanejo é uma raça de fortes, mamelucos, estabelece uma oposição “ao mulato degenerado do litoral”, produto de miscigenação com predominância negra (Barros, s/d).

Enfim Euclides consegue reconhecer no sertanejo a força do primitivo. Segundo Roberto Ventura, o estudioso teve contra a sua observação o fato de ter chegado a Canudos já no final da guerra, quando a cidade já se encontrava semidestruída e cercada pelo exército, sem água ou comida. Além disso, “tentou penetrar em uma camada opaca ao observador: as formas de consciência e de representação em uma comunidade que lhe era estranha, entrevista em meio aos combates e bombardeios do outro lado da trincheira” (Ventura, 1997, p. 98).

A força atribuída diretamente à figura do Conselheiro foi observada por Honório Vilanova: “Forte como um touro” (Macedo, 1983, p. 30). Já o pesquisador Muniz Sodré em *Canudos, a guerra social*, vê no histórico familiar do Conselheiro a capacidade de resistência às adversidades físicas e morais:

Ficou célebre a valentia de Miguel Carlos e era para ele a estima e o respeito de seus coevos, testemunhas da energia desta família, da qual surgiram tantos homens de esforço para uma luta com poderosos, tais como os de Boa Viagem e Tamboril (Sodré, 1978, p. 20).

Semelhante visão, segundo Adilson Citelli, constrói Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Para ele, o Conselheiro de Euclides não passa de “um santo farsesco, animador de ópera bufa, misto de retroação étnica, atraso cultural e desvio psicológico” (Citelli, 1997, p. 73). Por outro lado, há por fim o desabono de Euclides com relação ao sertanejo, ao reconhecer nele a força do primitivo.

Fraco:

A imagem de força física do Conselheiro remete ao pulso forte na liderança em Canudos. Esse não é, contudo, um aspecto hegemonicamente aceito por todos.*

Um exemplo contundente da fraqueza do líder e conseqüente perda da liderança é o caso da morte de Antônio Mota em Canudos. Esse é um dos nomes a quem o professor baiano José Calasans dedica comentários no seu *Quase biografia de jagunços*. Trata-se de um importante comerciante da época que se juntou, por motivos comerciais, aos canudenses. Foi entretanto acusado de traição e condenado, junto com os filhos homens, a uma execução sumária, “à luz do dia defronte do Bom Jesus Conselheiro” (Calasans, 1986, p. 56). A culpa de Antônio da Mota não parece ter sido comprovada. No texto, o professor Calasans afirma que o próprio Conselheiro teria ordenado a suspensão da pena, mas não foi atendido:

* Ver p. 34 desta tese.

Antônio Conselheiro, embora houvesse mandado suspender o massacre, não foi atendido. Antônio dos Pocinhos, morador do povoado, *já jamais perdoou a fraqueza do Bom Jesus*, não fazendo valer sua autoridade naquele momento dramático. Consoante confessou ao seu sobrinho /.../, perdeu a crença no taumaturgo cearense e na sua bondade, abandonando por isto o Belomonte (p. 56-57, grifos meus).

Consta que foi João Abade quem ordenou a execução, a despeito da contra-ordem de Antônio Conselheiro, numa clara demonstração de força daquele sobre a figura enfraquecida deste. Isso também possibilita compreender a coexistência em Canudos do braço armado, liderado por João Abade, numa comunidade construída justamente para lutar contra toda sorte de arbitrariedades. O todo-poderoso líder religioso, firme em suas atitudes, teria dado lugar aos poucos à liderança leiga de João Abade.

Iletrado:

“O Conselheiro era semi-analfabeto, muito manhoso, estradeiro /.../”. Com essas palavras, já no final do relato de sua passagem pelas duas últimas expedições a Canudos (Vilella Jr., 1987, p. 108), o brigadeiro Marcos Evangelista Vilella Jr. define Antônio Conselheiro. Essa idéia circulava amplamente no meio letrado da capital federal, de Salvador e de todo o Brasil.

Segundo Roberto Ventura, “Euclides criou em *Os sertões* uma imagem de Canudos como cidade iletrada, dominada por fanatismos e superstições transmitidos de forma oral” (Ventura, 1997, p. 93). No mesmo artigo, o ensaísta nos lembra que Euclides da Cunha não chegou a permanecer três semanas no palco da guerra. Sua estada se prolongou de 16 de setembro de 1897 a 03 de outubro do mesmo ano. Não assistiu, portanto, ao massacre dos prisioneiros, nem à queda da cidadela ou à exumação do corpo de Antônio Conselheiro. Entretanto, atribuiu a ele a autoria dos papéis mal escritos, o que depois se desmentiu.

Em duas estrofes do poema “História de Antônio Conselheiro”, de Arinos de Belém, a idéia de ignorância se faz presente: “E numa linguagem tola / sem saber quase expressar” (Calasans, 1984, 42) e “Antônio Conselheiro / ignorante invulgar” (p. 44).

Imortal:

O folclorista Alceu Maynard Araújo registra no livro *Folclore Nacional* a idéia de imortalidade física do líder de Canudos:

Ele não morreu. Na lua cheia de setembro, a pessoa que tenha fé no Conselheiro, depois de ter ouvido a reza na Igreja, deve descer com o rosário na mão, e, então, poderá vê-lo rezando ao pé do santo cruzeiro, com os braços abertos. Mas não deve chegar perto dele para não perturbar sua missão. Lá está ele rezando, ajoelhado, apoiado no seu bastão de santo. A sua batina fica ainda mais azul da cor do céu, nessa noite de Luar (Araújo, in Figueiredo, 1994, p. 60).

A idéia de um Conselheiro que não morreu e que poderia, por isso, ou retornar ao sertão, ou continuar sua obra de onde estivesse reforça sua associação a um movimento messiânico ou sebastianista. A viagem sem volta que D. Sebastião fez gerou no imaginário português uma permanente nostalgia, transformando o rei desaparecido numa constante “presença ausente”.

Essa não é uma imagem incomum, muito menos associada apenas a personagens históricos. O fim do rei Artur na lenda medieval, por exemplo, não é exatamente a sua morte, mas a condução de seu corpo ferido para Avalon para que, depois de muito tempo, seja curado. Permanece, portanto, a possibilidade de que volte a reinar.

Algo semelhante acontece com outros personagens, entre eles Alexandre da Macedônia. No livro *Artur e Alexandre – crônica de dois reis*, a tese desenvolvida pelo autor é a de que as lendas do ciclo arturiano, a partir da versão de Geoffrey de Monmouth, tenham tido como fonte textos dos três primeiros séculos da era cristã a respeito de Alexandre (Furtado, 1995, p. 207). Segundo o autor, a lenda do desaparecimento de Artur é muito semelhante à da tentativa de desaparecimento de Alexandre, o Grande. Aqui nos interessa destacar apenas a idéia de que, tendo um rei sobrevivido a um ferimento de morte, torna-se possível a construção de uma mitologia que nutre a idéia de um retorno redentor.

A fotografia do Conselheiro morto, amplamente divulgada na época, ou a cabeça cortada e conduzida para estudo não foram informações fortes o suficiente para impedir o surgimento da imagem do líder que não morreu.*

Letrado:

A imagem de um Conselheiro iletrado se desfaz quando se conhece sua produção escrita. Entretanto, tal idéia ainda hoje é assimilada à imagem do líder religioso de Canudos. Os dois livros manuscritos que Antonio Conselheiro deixou são obras em que somente temas religiosos, em consonância com os preceitos do catolicismo da época, são tratados. Em apenas um deles aborda propriamente assunto político. Condena a República e suas leis seculares, muito provavelmente por ver nelas a negação dos preceitos religiosos em que se pautavam seus pensamentos.

Euclides da Cunha teve uma parcela de responsabilidade quanto à divulgação da idéia do analfabetismo do Conselheiro. Roberto Ventura registra o fato de ele não ter acessado os escritos de Antônio Conselheiro. Euclides da Cunha só os conheceu meses antes de morrer, sete anos depois de publicados *Os Sertões*:

Os sermões de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, recolhidos em dois volumes manuscritos a que Euclides não teve acesso, mostram um líder religioso muito diferente do fanático místico ou do profeta milenarista retratado em *Os Sertões*. Revelam um sertanejo letrado, capaz de exprimir, de forma articulada, suas concepções políticas e religiosas, que se vinculavam a um catolicismo tradicional, corrente na Igreja do século XIX (Ventura, 1997, p. 90).

Os manuscritos do Conselheiro exibem boa letra, o que corrobora o desmonte da tese do analfabetismo.* Muitos são os registros de que Antônio Maciel teve acesso à escola. O jurista e militar Oliveiros Litrento faz esse registro em *Canudos – visões e revisões*:

* Ver o item 3.3.1 desta tese.

* Ver a fotografia dos manuscritos do Conselheiro nos anexos a esta tese.

Não havia sido menino pobre e nem sem instrução. Vicente Mendes Maciel, seu pai, negociante cearense, era proprietário de uma loja de comércio, tendo sido construtor de casas na vila natal onde morava. Eis a razão por que o filho era instruído, acendendo no pai o desejo de vê-lo sacerdote da Igreja Católica. Possivelmente, o motivo por que se tornou aluno de latim do mais conceituado e conhecido mestre da cidadezinha onde morava (Litrentos, 1998, p.88).

Nertan Macedo igualmente registrou o fato, a partir do depoimento de Honório Vilanova, que pode ter ouvido as informações do próprio Conselheiro:

O menino sofre. Aprende a ler. Pai Vicente quer vê-lo padre. Manda que o filho vá estudar Português, Latim e Francês com o professor Manoel Antônio Ferreira Nobre. O menino é sério e bom. Estuda para ser padre e a madrasta o espanca (Macedo, 1983, p.106).

Louco:

Quanto ao desequilíbrio mental de Antônio Conselheiro, o colega de infância, João Brígido, a quem salvou de um afogamento, parece ser o primeiro autor a fundamentar no histórico familiar uma suposta insanidade de Antônio Conselheiro. Quando escreveu sobre Antônio Maciel no início da década de 1890, a loucura já era associada ao líder religioso. Entretanto, são suas palavras que mais reforçam a tese, até porque foi aos seus escritos que recorreram Manoel Benício e Euclides da Cunha para traçar o perfil psicológico do Conselheiro.

Segundo o autor, a família de maneira geral sofria "da afecção mental própria para produzir os fenômenos que se observam nele" (Brígido, 2001, p. 296-297). O pai tinha "momentos terríveis de cólera" (p. 296), principalmente se bebesse. A propósito do pai do Conselheiro lemos:

Sobressaía Vicente Mendes Maciel, de índole irascível, mas de excelente caráter, meio visionário e desconfiado, mas de tal capacidade que, sendo analfabeto, negociava largamente em fazenda, trazendo tudo perfeitamente contado e medido de oitava, sem mesmo ter escrita para os devedores (p. 295).

Apesar disso, consta que o pai tinha se preocupado com a educação do filho, mas legou-lhe também a patologia mental:

O filho é uma completa emanção do pai, está nas mesmas condições patológicas e poderá ser estudado, como *specimen* entre doentes mentais. Dava bem uma bonita página de Lombroso [criminalista italiano do século XIX autor de *O homem criminoso*, onde defende a teoria do criminoso nato] (p. 293).

Fala mais alto a formação positivista do escritor, que passa a abordar o Conselheiro como um claro caso de má influência no sertão baiano. Seria ele o "profeta que amotina aquela região, pondo em fermentação as consciências em que toca, por isto que é má a qualidade delas e poderosa sua força sugestiva" (p. 296). De qualquer forma, nos escritos a respeito do líder, especialmente nos de Manoel Benício, nas primeiras páginas de *O Rei dos Jagunços*, vemos um homem aparentemente comum, levando uma vida típica das pequenas vilas de sua época. Logo em seguida, por dez páginas do livro, trata da loucura do sertanejo como se pode ler em ".../ teve um acesso de loucura, que ocasionou ferir a seu cunhado levemente, quando tentava contê-lo" (Benício, 1997, p. 22) e "Chegou a Fortaleza já em adiantado estado de demência, faminto, maltrapilho e açoitado!" (p. 23). É Benício quem transcreve documentos da época em que a idéia de sua loucura, muitas vezes referida como "monomania", como se lê no comunicado do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João Capistrano Bandeira de Melo, em 1887.

"/.../ o indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido vulgarmente pelo nome de Antônio Conselheiro, está, há algum tempo, sob o domínio de monomania religiosa, que o impele a pregar doutrinas subversivas entre as populações que percorre, fazendo com isto grande mal à religião e ao Estado /.../

A própria liderança incondicional, contestada atualmente pelo pensamento de historiadores como Rui Facó*, foi relacionada pela visão do escritor militar Tristão de Alencar Araripe, já na década de 1960, à loucura:

Louco, como queriam alguns cientistas e comentaristas, a ascendência de Antonio Conselheiro sobre a multidão em seu redor, além do fanatismo e da credence, pede a existência de qualidades definidas.

* Conforme desenvolvido no item 2.2 da tese.

Não se teve notícia das intenções de Maciel, reunindo ou consentindo que se agrupasse em torno de si essa multidão informe. Desejo de mando havia em todos os seus atos, apesar de astuciosa aparência de humildade.

Seria sincera a crença religiosa, de verdadeiro fanático, que ostentava e desenvolveu de dia para dia, ou seria caviloso artifício para explorar a credence da população sertaneja? Suas manifestações finais e o gesto de resistência obstinada, colocam-no no rol dos paranóicos, em que alguns cientistas viram todos os sintomas de um doente mental (Araripe, 1985, p. 5-6).

Mais uma vez é de Honório Vilanova o depoimento empreendedor da visão contrária à loucura: “Não era doido e ninguém soube de fatos que lhe desabonasse a conduta. Santos e justos eram os seus conselhos a todos, homens e mulheres” (Macedo, 1983, p.40). Ataliba Nogueira, estudioso dos escritos do Conselheiro, escreveu na sua “revisão histórica”, cuja primeira edição é de 1974:

A revisão histórica de Antônio Conselheiro afasta definitivamente a seu respeito o emprego dos vocábulos *atavismo*, *bronco*, *monarquista*, *fanático*, *messiânico*, *carismático*, *milagreiro*, *vesano* e *vesânico* (aliás, feias dicções latinas) e outros termos que desvirtuam ou eliminam todas as benemerências da grande figura histórica para somente apresentá-lo como beato, aquele que esconde com santimônias a própria ruindade (Nogueira, 1997, p.216).

Matricida:

“Como posso ter assassinado minha mãe, se fui maltratado pela madrasta”? (Macedo, 1983, p.70). Nessa frase, atribuída por Honório Vilanova ao Conselheiro, encerra uma lógica não explícita à primeira vista: para ter madrasta era preciso não ter mãe; só sendo criança, portanto incapaz de matar a própria mãe confundindo-a com a esposa, para ser maltratado por ela. O Conselheiro então teria assumido ali a orfandade materna, versão mais amplamente aceita hoje. No entanto, sua abordagem foi forte no passado, e ainda perdura:

Euclides da Cunha dedicou uma página d’ *Os sertões* à narrativa do que chamou “lenda arrepiadora”:

Contavam que a última, desadorando a nora, imaginara perdê-la. Revelara, por isto, ao filho, que era traído; e como êste, surpreso, lhe exigisse provas do delito, propôs-se apresentá-las sem tardança. Aconselhou-o a que fantasiasse qualquer viagem, permanecendo, porém, nos arredores, porque veria, à noite, invadir-lhe o lar o sedutor que o

desonrara. Aceito o alvitre, o infeliz, cavalgando e afastando-se cêrca de meia légua, torceu depois de rédeas, tornando, furtivamente por desfreqüentados desvios, para uma espera adrede escolhida, de onde pudesse observar bem e agir de pronto.

Ali quedou longas horas, até lobrigar, de fato, noite velha, um vulto aproximando-se da sua vivenda. Viu-o chegar-se cautelosamente e galgar uma das janelas. E não lhe deu tempo para entrar. Abateu-o com um tiro.

Penetrou, em seguida, de um salto, no lar e fulminou com outra descarga a esposa infiel, adormecida.

Voltou, depois, para reconhecer o homem que matara ... E viu com horror que era a sua própria mãe, que se disfarçara daquele modo para a consecução do plano diabólico.

Fugira, então, na mesma hora, apavorado, doudo, abandonando tudo, ao acaso, pelos sertões em fora... (Cunha, 1954, p. 145-146).

Euclides arremata a pequena narrativa com a seguinte observação: “A imaginação popular, como se vê, começava a romancear-lhe a vida, com um traço vigoroso de originalidade trágica” (p. 146).

Praticamente cem anos depois, Ivana Bentes recolheu um depoimento de uma mulher, D. Júlia, na região de Canudos, alusivo a esse episódio:

Dona Júlia acompanha o marido, calada. Eu já cantei as cantigas de guerra, mas de reza quem sabe é minha mulher. Mulher, vem rezar!", chama Seu João e completa: "O Conselheiro não gostava muito de mulher porque foi enganado pela própria mãe que se vestiu de homem pra provar que a esposa dele era fácil. Mulher com o Conselheiro era de cabeça baixa e longe. Os homens na frente e as beatas tudo atrás" (Teixeira, 1997, p. 96).

Em Canudos na Literatura de Cordel, José Calasans registrou dois poemas com referências ao matricídio. Trata-se do poema de João Melchiades, o cantor da Borborema, sem referência de data, mas anterior a 1933:

Por causa dêste bandido
Ter a mãe assassinado
Fugiu do Aracati
Do Ceará seu Estado
Vestia-se como frade
Se conservando barbado
(apud Calasans, 1984, p.27)

Há também o poema de José Aras, “Meu folclore”, de 1957, numa versão mais simplificada, sem a suposta artimanha da viagem para flagrar a esposa com o amante:

A velha mãe de Antônio
 Que não gostava da nora
 Disse: meu filho em tua casa
 Eu vejo entrar a certa hora
 Na porta de tras um vulto,
 Isto é mais do que um insulto
 Que estão te arrumando agora.

Antônio ficou pensativo,
 Calado, observando,
 Uma noite pelo fundo
 Da casa vinha chegando
 Era uma noite de escuro
 Abriu a porta do muro
 Ele foi se aproximando.

A velha mãe de Antônio
 Era quem vinha entrando
 E êle deu-lhe um tiro
 E a espôsa foi esfaqueando,
 E quando reconheceu
 Que sua mãe morreu
 Correu louco e lastimando.
 (Apud Calasans, 1984, p.27)

Monarquista:

17
 Nosso Antônio Conselheiro
 No reconco da Bahia
 Brigou treis anos
 O sinhô-Ó-lá-lá
 A favô da monarquia
 (da Bahia, apud Calasans, 1997, p. 152)

O maior argumento que se construiu contra o Conselheiro baseou-se na sua orientação monarquista. Essa questão é tratada em praticamente qualquer texto que verse sobre Canudos. Já em 1895, o Frei João Evangelista do Monte Marciano, enviado a Canudos numa missão de conciliação dos conselheiristas com o poder público, abordou a questão dos adeptos à monarquia no arraial, pontuando apenas a necessidade, qualquer que fosse a convicção política, de obedecer ao governo civil reconhecido Marciano, 1987, p. 6). Da mesma forma, o deputado monarquista baiano César Zama, em seu exaltado discurso contra a

guerra, dizia que se o Conselheiro se assumia monarquista, estava no seu direito, “direito sagrado, que ninguém podia contestar em um regimen republicano democratico” (Zama, 1989, p. 24).

Em um trecho de sua despedida, Antônio Conselheiro escreveu:

Antes de fazer-vos a minha despedida, peço-vos perdão se nos conselhos vos tenho ofendido. Conquanto em algumas ocasiões proferisse palavras excessivamente rígidas, combatendo a maldita república, repreendendo os vícios e movendo o coração ao santo temor e amor de Deus, todavia não concebiam que eu nutrisse o mínimo desejo de macular a vossa salvação (que fala mais alto que tudo quanto eu pudesse aqui deduzir) me forçou a proceder daquela maneira (Conselheiro, in Barros, s/d).

Entre assumir-se monarquista e ser um conspirador do imperador há certamente uma boa diferença. A pesquisadora Walnice Galvão organizou as reportagens publicadas durante a 4ª expedição a Canudos (julho a outubro de 1897) em três grupos: as representações galhofeira, sensacionalista e a ponderada. A última engloba a atividade dos correspondentes de guerra, entre eles o mais ilustre, Euclides da Cunha. Na representação galhofeira, estão todos os tipos de referências à guerra, sejam as críticas irreverentes ao recrutamento dos soldados, sejam as propagandas dos produtos mais inusitados relacionados ao assunto mais em voga na época. É entretanto nas publicações denominadas pela pesquisadora de sensacionalistas que surge um aspecto a ser anotado. Como se viu, Antônio Conselheiro teve suas rugas com as leis republicanas, pois elas iam de encontro a antigas convicções religiosas ou lesavam ainda mais as parcas economias dos miseráveis povoados sertanejos. Houve, entretanto, no calor da 4ª expedição, uma sucessão de reportagens que mostravam um Conselheiro intimamente relacionado a grupos monarquistas sediados tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Esta íntima relação passava inclusive pela receptação de armamentos com os quais poderiam vencer o exército republicano e disseminar os ideais restauradores. O pequeno texto abaixo, publicado na *Folha da Tarde* de sete de agosto de 1897 dá uma idéia do tipo de informação que chegava ao país:

Paris, 5 – Sabemos que o grupo monarquista de brasileiros recebeu nos primeiros dias de junho, comunicação de *Conselheiro* e de Abade em Canudos, acusando o recebimento das armas, munições e ordens do Comitê Central. Nesta comunicação declaram os chefes rebeldes, estar organizada a

resistência contra os republicanos do Brasil. Afirmam que os chefes no interior da Bahia não são renegados e traidores; que nunca aderiram à República. Expõem que têm recebido fortes reforços da Bahia, Sergipe, Minas e Pernambuco; que diversos oficiais italianos, austríacos e pelo menos um francês, estão dirigindo as operações sob *nomes supostos*; que dominam absolutamente grandes distritos, alguns bastante populosos, no interior do Brasil; que recebem cartas e telegramas fácil quase livremente de todas as partes do Brasil; que contam com mais de 30 000 homens mal armados para a guerra, mas atiradores excelentes; que no entretanto têm de 4 000 a 5 000 armas, aperfeiçoadas com grande quantidade de cartuchante e pólvora (In Galvão, 1977, p. 74).

Tal tipo de imagem só é construída por este tipo de jornalismo feito no calor da 4ª expedição. Ela contemplava uma fatia considerável do público leitor que tinha na guerra uma verdadeira fonte de entretenimento. A professora Walnice recolheu ainda verdadeiros folhetins nos quais, por exemplo, um suposto traidor da causa conselheirista estaria disposto a cooperar com as forças republicanas. Por dias tal notícia ocupava os jornais, para ao cabo de uma ou duas semanas as investigações descobrirem no fato uma farsa. De qualquer forma, o Conselheiro e os conselheiristas, entre ele João Abade (às vezes chamado de general naqueles tipos de publicação), apareciam sob uma forma que o final da guerra mostrou ser totalmente desprovido de propósito.

O processo de “criação de verdades” dessa natureza também foi objeto da reflexão da professora Luitgarde Barros:

Chafurdando na Ciência da Política, governantes, legisladores, autoridades militares e articulistas de importantes jornais manipularam fatos, inventaram alianças entre canudenses e a destronada monarquia, fabricaram navios carregados de armas deslocando-se da Europa para o sertão, conseguindo enfim modelar o pensamento aterrorizado, defensivo e vingativo da época. Desembocando o clima de tenção numa histeria de pânico das populações urbanas, instaura-se o vandalismo na capital da República, com multidões empastelando jornais e destruindo residências de monarquistas nas ruas mais sofisticadas por onde desfilavam os “segmentos mais civilizados” do país (Barros, s/d).

Peregrino:

Adeus povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão *da lembrança deste peregrino*, que aspira ansiosamente

a vossa salvação e ao bem da Igreja (Martins, p. 39, in Nogueira, 1978, p. 182, grifos meus).

As palavras acima foram retiradas da despedida escrita por Antônio Conselheiro. Nelas ele mesmo se coloca apenas como um peregrino. Ao lado do peregrino, havia a idéia de missão.

Segundo as palavras do sertanejo Honório Vilanova, publicadas por Nertan Macedo em *Memorial de Vilanova*, já em 1873, quando o conheceu, o Conselheiro falava na promessa de construir vinte e cinco igrejas, no sertão, fora do Ceará (Macedo, 1983, p.37). Tinha isso como verdadeira missão a cumprir. Não chegou a construir todas, mas pode-se dizer que sua peregrinação pelas terras nordestinas foram “edificantes”, já que o homem, nas palavras de José Calasans, havia sido “missionário a seu jeito” (Calasans, 1986b, p. 2).

Em um depoimento registrado por Ivana Bentes, surge também a figura do missionário:

Com lábia de político e pendores de poeta regionalista, o coronel Jerônimo, que intercala sua argumentação com versos de nostálgica exaltação das belezas sertanejas, valoriza o Conselheiro compilador e escritor. ‘Esses livros são compatíveis com tudo o que ele pregava, com sua missão religiosa. Mandaram fazer aqueles exames lombrosianos no cérebro do Conselheiro procurando não sei o quê. Ele não tinha nada. O Conselheiro foi um bom religioso /.../’ (Bentes, p. 102)

Santo:

Pelo sertão de Piauí a Pernambuco, no interior da Bahia, nos Cariris Novos, o povo vislumbrou em Ibiapina, Conselheiro e Pe. Cícero a preocupação com o nordestino, a ligação com seu sofrimento, a comunhão com sua desgraça e suas esperanças, a prática de vida aconselhada pelo Evangelho e os distinguiu entre todos os homens. Deu-lhes a grandeza, o poder, a força e a bondade do mito. Viu-se irradiando luz e sabedoria, bondade e amor - Viu-os Santos!! Não aquela santidade determinada pelos teólogos especialistas do Vaticano, mas aquela santidade construída no cotidiano de amargura, trabalho e esperança de homens destituídos de poder, direitos e cidadania (Barros, s/d).

No trabalho “Do Ceará, três santos do nordeste”, a antropóloga Luitgarde Barros lança as bases lógicas para a compreensão da idéia de

santidade relacionada aos peregrinos do sertão. Essa idéia aparece nas mais diversas formas de representação artística de Canudos, desde os depoimentos colhidos na atualidade, como, por exemplo, na poesia popular:

1
Do céu veio uma luz
Que Jesus Cristo mandou
Sant'Antônio Aparecido
Dos castigos nos livrou
(SE – Sílvio Romero)

3
O sol já se levanta
Cheio de seu esplendô
Antônio substitui Jesus
Que do castigo nos livrou
(Bahia)
(Apud Calasans, 1997, p. 150-152)

A figura do *Santo* é das mais associáveis a Antônio Conselheiro, apesar de constar que ele tenha sempre rejeitado essa qualificação. São frequentes, em referências a ele, expressões tais como *Bom Jesus Conselheiro*, *Bom Jesus* apenas e também *Santo*. É no entanto a figura de José Félix, apelidado de Taramela (ou tramela) que a imagem de um Antônio Conselheiro santo melhor se traduz. José Felix viveu em Canudos, ao lado do Conselheiro. A alcunha “Taramela” deve-se provavelmente ao fato de ser ele uma espécie de guarda-chaves do Conselheiro, responsável por abrir e fechar portas para sua passagem. Em *Quase biografia de Canudos*, o professor José Calasans dedicou um tópico ao Taramela, no qual valoriza justamente a idéia de santidade do líder. Diz o professor a respeito de José Félix: “Narrava, com pormenores, os milagres do Santo Conselheiro” (p. 22). O Taramela atribuía a Antônio Conselheiro, além de poderes de santo, a faculdade de prever o futuro: “Via os jagunços mortos, que perderam a vida combatendo, entrando no céu. Por outro lado, botava cartas, desvendava o futuro /.../” (Calasans, 1986b, p. 22). O professor Calasans registra que já velho, Félix “costumava narrar que o Conselheiro afirmava que ele, ao morrer, teria missa de corpo presente.” Natural de Soure, na Bahia, José Félix sobreviveu à guerra e morreu velho, em Nova Soure, onde parece que as previsões de Antônio

Conselheiro se realizaram: seu antigo guarda-chaves teve missa de corpo presente ao morrer.

Emídio Dantas Barreto registrou este aspecto no seu livro *Última expedição a Canudos*:

Desde o dia 2 sabíamos, por informações de prisioneiros, que Antonio Conselheiro já não existia em Canudos, porém os infelizes não nos referiam claramente, positivamente, como esse desaparecimento ocorrera. Diziam uns que o excentrico aventureiro tinha perecido havia poucos dias, outros pareciam acreditar que elle se *alára ao céu onde costumava ir*, e nisto consistiam as informações a respeito do Conselheiro. A ideia da santidade desse homem superior ainda não se tinha desvanecido do espirito dos seus ultimos companheiros de infortunio, e isso alentava-os certamente na desgraça (Barreto, 1898, p. 234).

O analista dos textos deixados pelo Conselheira encerra a questão na sua “Recapitulação histórica”, a partir de uma seqüência de negativas:

Não faz milagres nem os seus entusiastas admiradores lhe atribuem a prática de qualquer milagre. Não usurpa funções sacerdotais, nem de médicos, nem de farmacêuticos. Não é curandeiro. Não lhe chamam Bom Jesus. Não se inculca enviado de Deus. Não é profeta. Apenas prega a doutrina dos evangelhos e da tradição católica romana. É pregador leigo como muitos outros da história da Igreja e como hoje é até recomendado pela Igreja (Nogueira, 1997, p.23).

Sebastianista:

Euclides da Cunha viu no Conselheiro um seguidor do sebastianismo, idéia esta que se disseminou em função da popularidade de seu livro. Estudos mais recentes, entretanto, tendem a desfazer esta idéia.

No texto "Canudos como cidade iletrada: Euclides na *urbs* monstruosa", Roberto Ventura baseia sua reflexão na observação do fato de que Euclides da Cunha atribui a Antônio Conselheiro profecias com tom apocalíptico que, somadas a fontes orais e aos cadernos encontrados nas ruínas de Canudos, permitiram-lhe traçar "um perfil sombrio do líder da comunidade" * (Ventura, 1997, p. 89).

* Euclides da Cunha atribui a seguidores de Antonio Conselheiro no movimento de Canudos, "rudes poetas rimando-lhe os desvarios", versos reveladores de suas "tendências messiânicas" na

Assim, Euclides formou uma visão de Canudos como um movimento sebastianista e messiânico, pautado na crença do retorno de D. Sebastião, que viria derrotar as forças republicanas e restaurar a Monarquia. Ventura afirma ainda que Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, criou "uma imagem de Canudos como cidade iletrada, dominada por fanatismos e superstições transmitidos de forma oral." (Ventura, 1997, p. 93) Seu raciocínio avança no sentido de afirmar que o escritor buscou elaborar uma via para a compreensão lógica de Canudos:

Construiu um modelo interpretativo para dar conta das relações e conflitos entre a sua própria cultura, letrada e urbana, e a cultura oral sertaneja, marcada por mitos messiânicos e pela tradição católica. Procurou dar voz ao outro, objeto de seu discurso e inimigo de suas concepções políticas, ao incorporar textos destinados à oralização, produzidos segundo uma lógica mítica e religiosa que lhe era estranha (p. 93).

Entretanto, como observa o próprio Ventura, Euclides da Cunha tendia a desqualificar o discurso religioso, que nada mais era que o discurso do outro, em função de suas convicções pré-conceituadas.

O tema final tratado por Roberto Ventura nesse texto reporta-se à avaliação das crenças sebastianistas, messiânicas e milenaristas associados ao Conselheiro e aos sertanejos de Canudos, como quis fazer crer Euclides da Cunha ao ler as profecias atribuídas a Antônio Maciel. Hoje, tais idéias não são consensuais entre os historiadores, que não vêem naquela comunidade predomínio da crença milenarista. Esta seria apenas um dos elementos do discurso religioso presente na tradição oral que circulou entre os habitantes de Canudos:

Ao contrário dos poemas e profecias citados por Euclides, os sermões de Antônio Conselheiro não contêm referências a dom Sebastião nem revelam expectativas na vinda de um messias capaz de trazer a vitória do Bem sobre o Mal ou esperanças milenaristas na criação do paraíso na Terra (p. 97).

Essa qualificação é mais um exemplo de que um determinado juízo emitido em determinado momento pode permanecer definitivamente ligado à

linha do Sebastianismo, na intenção de atacar a república que era para ele obra do Anti-Cristo: "D. Sebastião já chegou / ... / Visita nos vem fazer / Nosso rei D. Sebastião. / Coitado daquele pobre / Que estiver na lei do cão!" (Cunha, 1985, p. 250).

imagem do personagem. Mesmo não tendo sido sebastianista, esse é sem dúvida um aspecto que se remete facilmente à figura de Antônio Conselheiro.

Subversivo:

A idéia de subversão aparece em ofícios trocados em 1886 entre o poder eclesiástico e as autoridades civis da Bahia, transcritos por Manoel Benício no livro “O Rei dos Jagunços”. Nele se lê:

Chegando a meu conhecimento /.../ que o indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido nas populações pelo nome de Antônio Conselheiro, tem pregado doutrinas subversivas, fazendo um grande mal à religião e ao Estado, distraindo o povo de suas ocupações /.../ (In Benício, 1997, p. 26)

No livro *Última expedição a Canudos*, Dantas Barreto associa os conselheiristas a atividades subversivas:

O exercito que no dia 6 de setembro de 93 amparou as instituições da Republica e reuniu-se em torno do grande Marechal Floriano para vingar o principio da autoridade, foi o mesmo que em 1897 destruiu os elementos subversivos dos longinquos sertões da Bahia, e é a impavida sentinella que vigia attentamente os traidores e os inimigos da Patria (Barreto, 1898, p. 242).

Da mesma forma, Ivana Bentes levanta a questão dos porquês de sua perseguição:

Mas por que esse cristão exemplar foi perseguido pela Igreja? Os padres o viam como uma ameaça ao seu poder espiritual, os políticos como um perigoso subversivo monarquista, os proprietários temiam pelas suas terras. O coronel Jerônimo tem outra explicação que, segundo ele, resume todos os equívocos. Esse Conselheiro terrível foi criado pelos jornais, a mídia da época. (p. 102 e 108)

Vítima:

Para finalizar a seqüência de características atribuíveis a Antônio Conselheiro, justamente está a idéia que hoje mais se reporta ao líder sertanejo e

todo o seus seguidores. A idéia de vítima de suas própria idéias e atitudes em prol do próximo, presente em tantos discurso, mas tão claros nas palavras de Luitgarde Barros em “Do Ceará, três santos do nordeste”:

Refratário à riqueza, desgarrado de quaisquer laços com a hierarquia governante, Conselheiro é exposto à tragédia pelo poder do Estado (governo, polícia, juizes e exército), pelo poder da Igreja, (Bispo da Bahia), atizado pelos intelectuais republicanos, sucumbindo com seu povo à impossibilidade de entendimento por parte das camadas dominantes, de suas concepções de mundo. Autodidata, limitado politicamente pelos horizontes de seu mundo, Conselheiro carrega atônito a dor da injustiça maior de sua vida, o genocídio de um povo que, por sua perspectiva, apenas vivia a palavra de Deus na Terra: trabalhar, rezar, procriar e fazer o bem (Barros, s/d).